
ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E RACIONALIDADE: QUEM ESTÁ EM FUNÇÃO DE QUE?

Rosane Calgaro¹

Área de conhecimento: Administração

Eixo Temático: Outros.

RESUMO

A compreensão da realidade a partir da pesquisa é influenciada por fundamentos ontológicos e epistemológicos. Resgatando a importância destes princípios na prática investigativa este trabalho discute a base racional implícita na construção do conhecimento e na gestão de cooperativas. Trata-se de uma reflexão teórica desenvolvida com base em consulta bibliográfica que parte de noções das organizações e instituições calcadas no fundamento racional funcionalista. Norteado por esta base, discute a trajetória das organizações cooperativas pontuando o rumo tomado pelo movimento cooperativista. As considerações finais apontam possíveis contradições decorrentes de tal trajetória, alguns questionamentos e possibilidades de estudos questionadores da racionalidade predominante pela ênfase em aspectos pouco enfatizados pelas pesquisas.

Palavras-chave: Razão. Ser Humano. Organizações.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o olhar da ciência, o comportamento do ser humano na individualidade e na sociedade pode ser explicado a partir dos pressupostos ontológicos e epistemológicos. A ontologia explica a interpretação do ser e a epistemologia trata do problema do conhecimento, ou seja, da relação sujeito-objeto. A interpretação do que se entende por ser humano (sujeito) e de como se dá o conhecimento pelo sujeito (relação com objeto) constitui a base fundamental sobre como é possível conhecer e descrever a realidade. Na ciência a busca do conhecimento é pautada pela pesquisa que, a partir de diferentes correntes de pensamento, atua na investigação da realidade. As correntes de pensamento se delineiam a partir dos pressupostos ontológicos e epistemológicos que influenciam nas respectivas orientações sobre como operacionalizar as pesquisas.

Este texto discute a racionalidade de base dos estudos e a gestão de organizações de natureza cooperativa. Para tal parte do conceito e razão de ser das

¹ Doutoranda em Administração – rocalgaro@yahoo.com.br



organizações e seus pressupostos fundamentais evidenciando a influência das instituições na atuação organizacional. Na sequência analisa a trajetória do movimento cooperativista e das cooperativas pontuando algumas contradições que refletem a racionalidade subjacente à trajetória de tais organizações no que tange às práticas de gestão e à teorização.

2 ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES - BASES FUNDAMENTAIS E RACIONALIDADE

Compreender a razão de ser e o papel das organizações na sociedade implica considerar que, para os indivíduos, elas (as organizações) desenvolvem melhor e de forma mais qualificada as atividades do que as pessoas individualmente. Esta condição organizacional apresenta relações, em termos de origens e implicações, de ordem ontológica, epistemológica e de organização econômica e social da sociedade. Tais concepções estão estreitamente relacionadas de forma que os fundamentos ontológicos e epistemológicos influenciam no modo de pensar e agir do ser humano tanto na sua individualidade quanto nas relações sociais determinando, inclusive, no tipo de racionalidade que permeia a atuação de pessoas e organizações.

Em relação à ontologia trata-se do estudo do ser, sua questão chave é sobre a existência de um mundo externo ao sujeito. De acordo com o propósito desta discussão, tem-se a concepção da realidade dada por condições sociais e, existente independentemente da individualidade do ser humano (DURKHEIM, 1978). O indivíduo conhece o mundo a partir das condições postas pelo social composto por regras e determinações grupais e não individuais. Assim há uma valorização do que é resultante do saber coletivo que, no processo de socialização, vai sendo imposto ao sujeito na forma de regras de pensamento e ação comportamental. A consciência deriva da repetição das maneiras de pensar e agir impostas pelo social.

Nesta abordagem, como decorrência da base funcionalista, estão as reflexões acerca da construção social da realidade empreendidas por Berger e Luckman



(1985). A discussão parte do entendimento que o homem não nasce, mas passa a fazer parte da sociedade, a realidade cotidiana constitui-se de forma objetiva por meio de padrões, ensinamentos e definições repassadas ao sujeito por outros, através da linguagem, que vão ganhando significado. A noção de um mundo intersubjetivo formado por sonhos e ao mesmo tempo a noção de estar no mundo coletivo com outros homens fornece a consciência do real. A maior parte das ideias e tendências não é elaborada pelos indivíduos, vem do exterior e são impostas pela socialização. As regras chegam prontas e arrastam as pessoas à sua adoção.

O fundamento ontológico acima colocado justifica a existência das organizações como fonte de atendimento de necessidades e de manutenção dos preceitos da perspectiva funcionalista voltada ao conceito e observação dos fatos sociais. Fatos sociais (coletivos derivados de opinião comum de grande parte de uma sociedade) atuam como regras obrigatórias de conduta, são reconhecidos por características como exterioridade, poder de coerção que exerce sobre indivíduos e a generalidade (DURKHEIM, 1978).

No que se refere ao problema do conhecimento, tratado pelo ponto de vista epistemológico, a concepção norteadora desta discussão (funcionalista), vê o sujeito como um ser que conhece a partir do social, são as regras coletivas que determinam o seu conhecimento, pensamento e ação. Trata-se de um conhecedor da realidade que dele independe, ou seja, ela (a realidade) está lá e cabe a ele (o sujeito) a tarefa de simplesmente conhecer para compreender. Assim, a busca pelo conhecimento foi sendo estruturada a partir do desenvolvimento da razão fomentada principalmente pelos cientistas do renascimento (Bacon, Descartes) e intensificada pelos princípios positivistas de Auguste Comte. Obtiveram amplitude e valorização técnicas e instrumentos de pesquisa e análise de dados de ordem objetiva e quantitativa pela possibilidade de generalização dos resultados. O desempenho destas práticas se mostrou positivo nas ciências naturais a tal ponto de as mesmas serem transpostas para o campo das ciências sociais. Vale ressaltar que esta adaptação já é decorrente da interpretação funcionalista do indivíduo de natureza objetiva defensor da organização como provedora de segurança, estabilidade e eficiência.

Têm-se então um pano de fundo ontológico e epistemológico que justifica a existência das organizações e os objetivos de crescimento e multiplicação. Dando vazão às essas ideias, se intensifica uma racionalidade de base instrumental. “Trata-



se de um saber proposicional em ações orientadas para um fim” (HABERMAS, 1984, p.35). Condição que privilegia a intervenção no mundo objetivo e envolve ação estratégica e pragmática voltada à segurança, simplificação e economia de trabalho. Decorre da vertente epistemológica do pragmatismo que defende a racionalidade instrumental como a verdade com caráter de utilidade e satisfação que contribui para a experiência... “é verdadeira instrumentalmente” (WILLIAM, 1974 p.6).

Guerreiro Ramos (1989) atribui a ingenuidade da ciência social ocidental à sua base na racionalidade instrumental sendo este o fator preponderante do seu êxito prático. Esta condição deriva da transposição de fundamentos da ciência natural ao meio e à pesquisa social. O contexto de predominância das organizações formais em áreas como a administração, a ciência política e a economia são permeadas por um paradigma unidimensional que considera o mercado a categoria fundamental na ordenação de negócios no âmbito pessoal e social. Refere-se, assim, à ausência de pensamento analítico e reflexivo na ciência social em favor de preocupações imediatas que traduzem interesses de mercado voltados para objetivos (CAMPBELL, 2004).

A forte presença da racionalidade em nome de princípios de eficiência determinou toda uma estruturação teórica e metodológica voltada ao funcionamento organizacional nos níveis macro e microsocial. Tendo como fundamento a objetividade, a aplicabilidade e a utilidade, conhecimentos e indivíduos foram se direcionando, em termos de pensamento e ação, ao contexto das organizações. Emergem então conceitos de ambiente, competitividade e sobrevivência organizacional que conduzem à adoção de práticas semelhantes ou homogeneidade. A homogeneidade emerge e é consequência da estruturação de campos organizacionais (GIDDENS APUD DIMAGGIO E POWELL, 2005). Na visão Weberiana a racionalidade conduz à homogeneidade (WEBER APUD DIMAGGIO E POWELL, 2005).

Neste contexto, sob o olhar sociológico, na evolução das relações aliada à busca por eficiência via racionalização, está a raiz da formação das instituições amplamente descritas por Weber. Crenças e normas implícitas nas organizações existentes constituem parte inicial das condições em que surge o processo para criar instituições que emergem de um sentido coletivo e de resolver um problema de



comportamento e de coordenação da ação humana quando atores se encontram em situações de confronto.

Sob as condições explicitadas, as instituições se ampliaram em número e diversidade de atribuições a tal ponto de se tornarem referência para a atuação organizacional. Frequentemente, as organizações em busca sobrevivência, adotam práticas homogêneas de acordo as regras vigentes no seu meio ou campo organizacional. Trata-se de comportamento isomórfico que pode se dar nas formas de mimético, coercitivo e normativo que, muitas vezes se sobrepõe à eficiência.

3 COOPERATIVAS, FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO, E RACIONALIDADE

O cooperativismo, em meio a um processo de transformações e dificuldades, surgiu na Europa junto com a Revolução Industrial por meio da mobilização de trabalhadores e intelectuais daquela época. O movimento constituiu uma alternativa para amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe de trabalhadores com transformações oriundas do crescimento do sistema capitalista e para frear a exploração advinda da I Revolução Industrial (VEIGA & FONSECA, 2001).

Nesse contexto, surgiram pensadores que tentaram criar, na teoria e na prática um sistema alternativo, que tivesse como centro de referência o ser humano em detrimento do lucro. Na essência, é um movimento que almeja uma visão diferenciada do homem na sociedade se colocando como alternativa de uma economia diferente daquela imposta pelo capitalismo. Trata-se de uma filosofia que tem o ser humano como elemento central do processo nas dimensões econômica, social e cultural aliada às preocupações ambientais e com o seu entorno. “O trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, cujo valor maior reside no indivíduo, acima do capital, pois o resultado final da ação conjunta reverterá para o desenvolvimento integral daquele grupo humano” (RICCIARDI E LEMOS, 2000, P.58)

A primeira cooperativa moderna foi a organização dos pioneiros de Rochdale fundada em Manchester, na Inglaterra, em 1844, por um grupo de 28 trabalhadores sob a influência de Carlos Howcarter, discípulo de Robert Owen, socialista que defendia o cooperativismo como prática positiva. Em pleno regime de economia liberal, a organização nasceu a partir da necessidade do homem se unir para solucionar os



problemas comuns e com a finalidade de minorar os efeitos maléficos da Revolução Industrial, tendo como objetivo principal a aquisição de bens de primeira necessidade como alimentação e vestuário. No primeiro ano de funcionamento, o capital de 28 libras passou para 180 libras e após 10 anos, em 1855, contava com 1400 cooperados. Nessa época seus negócios haviam expandido para outras atividades como a construção de casas para moradia aos associados, fabricação de alguns bens e arrendamento de terras.

O movimento cooperativista é uma alternativa baseada na cooperação com fins econômicos e envolve várias opções de produção e de trabalho. Trata-se de um sistema que se difundiu mundialmente em todos os setores da economia. O ideal conquistou reconhecimento da sociedade tendo como fundamentos centrais a justiça, a solidariedade, a democracia e a adequação as demandas dos envolvidos considerando as dimensões social, econômica, política e cultural (VEIGA; FONSECA, 2001). Além dos elementos fundantes, os pioneiros de Rochdale foram autores de alguns princípios que regem permanecem como norteadores do movimento.

No contexto voltado ao desenvolvimento econômico as organizações cooperativas se multiplicaram em número e diversidade dos ramos de atuação ampliando consideravelmente a participação no mercado de produtos e serviços, inclusive em atividades de exportação como no caso do ramo agropecuário com as *commodities*. Neste rumo foram estruturadas grandes cooperativas que, com o propósito de competitividade e até mesmo sobrevivência, passaram a disputar mercado com organizações de capital. Alinhando-se à lógica de mercado, as cooperativas passaram a profissionalizar a gestão através da qualificação dos quadros funcionais e de gestores adotando modelos de gestão desenvolvidos na perspectiva racional do cálculo utilitário de consequências. Vale ressaltar que, até a mesmo a qualificação gerencial ocorre por meio de programas estruturados para empresas de capital.

O crescimento e expansão do movimento cooperativista, assim como nos setores público e da iniciativa privada, conduziu à criação de uma estrutura de organização entre cooperativas, ou seja, instituições. A organização entre as cooperativas se dá a partir das centrais de cooperativas que atuam na defesa dos



interesses cooperativistas a fim de fortalecer o movimento e a união entre elas e podem ser classificadas em diferentes graus. Uma cooperativa singular ou de 1º grau é formada por, no mínimo, 20 associados e atua diretamente no atendimento dos interesses dos envolvidos (produção, comercialização, crédito, consumo, serviço, etc) As Centrais de cooperativas, também denominadas federação ou de 2º grau, buscam organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas facilitando a utilização maximizada dos serviços. São constituídas por, no mínimo, três cooperativas singulares e eventualmente podem admitir pessoas físicas, neste caso são consideradas organizações cooperativas de 2º grau as organizações cooperativas estaduais ou OCEs (ex. OCEPAR/PR). Centrais estaduais atuam como um elo entre as cooperativas singulares e a organização de nível nacional. A partir da atuação mais localizada das OCEs, que atuam identificando demandas específicas, a entidade nacional define as diretrizes mais amplas para todo o sistema (MENEZES, 2005).

A Confederação ou cooperativa de 3º grau organiza e defende em maior escala, os interesses e serviços das filiadas. Três cooperativas centrais e ou federações de qualquer ramo são a quantidade mínima para constituir uma federação. Tal federação, no caso brasileiro, é denominada Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) criada na década de 1970 como órgão máximo de representação do cooperativismo nacional (PINHO, 2004). Em termos legais a representação da OCB é conteúdo da lei 5764/1971 que rege a política e as atividades do cooperativismo, “ As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores” (BRASIL, 1971). No âmbito global, A OCB é filiada à Aliança Internacional das Cooperativas (ACI). Constata-se uma forma de pressão normativa na criação da instituição vinculada ao movimento.

Motivado por demandas que foram sendo apresentadas aos dirigentes no nível nacional do movimento em 1998, vinculado à OCB, funda-se o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. A entidade, ou instituição, tem como razão de ser a Promoção o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável. Atua na formação profissional, promoção social e monitoramento das cooperativas, respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares (OCB, 2013).



Subsidiado por argumentos críticos Faria (2009) analisa as cooperativas propondo 3 categorias nos tipos I, II e III. O tipo I identifica as cooperativas com atuação mercadológica e de estrutura administrativa equiparada às empresas de capital. A diferença está nos aspectos legais inerentes à estrutura de gestão da cooperativa representados pela assembleia geral e o conselho fiscal. Há predomínio da gestão profissional e busca constante pela competitividade no âmbito nacional e internacional. Este direcionamento motivou de diversas formas (pesquisas, eventos e publicação de trabalhos) em diversas áreas profissionais da gestão (RICCIARDI & LEMOS, 2000; WAAK E MACHADO FILHO, 1999; ZYLBERSZTAJN, 2000).

As cooperativas tipo I (Faria, 2009) corroboram a concepção liberal da associação cooperativa defendida por Schulze-Delitzch que, diferente da perspectiva dos socialistas utópicos, via na cooperativa “a corporação do futuro”. Defensor da economia liberal, o pensador acreditava na evolução das cooperativas no formato atual (como grandes corporações). Ao invés de promotora das realidades econômicas, a cooperativa segue as imposições de tal realidade (MLADENATZ, 2003).

As cooperativas do tipo II priorizam a autogestão e procuram manter-se fieis ou mais próximas aos princípios do movimento da cooperação instituídos pelos pioneiros de Rochdale. Porém, também podem apresentar características das empresas de capital na estrutura e práticas de gestão. Podem ser inseridas neste grupo cooperativas de caráter comunitário como os Kibutzim atuantes na atividade agrícola israelense. Esta tipologia tem sido contemplada em algumas pesquisas (ATTIE, 2007; LOCKS & CALGARO, 2012; SAMPAIO et al, 2012).

Como um dos casos praticantes do princípio da autogestão, vários autores citam o complexo cooperativo de Mondragon -MMC (SINGER, 2002; SANTOS, 2002; SILVA, 2011). O MMC se constituiu a partir da organização de agricultores e consumidores em pequenas cooperativas de diversos ramos. Santos (2002) atribui o desempenho positivo e a manutenção das cooperativas de Mondragon à sua capacidade de inserção em redes de apoio e o trabalho intenso em busca da competitividade aliados à defesa da autogestão. Em análise mais recente, Silva (2011) constata contradição na atuação do complexo cooperativo, embora a MMC faça uso de discurso ideológico marcado pela autogestão, suas práticas estão próximas de modelos de heterogestão.



No terceiro grupo estão colocadas as experiências cooperativas decorrentes da organização entre trabalhadores que passam da condição de informalidade à formalidade ou da falta de trabalho à de trabalhadores em atividade. Aí se incluem organizações de catadores, artesãos, vendedores ambulantes e outros. Também estão inclusas as cooperativas formadas a partir da terceirização de empresas de grande porte que acabam contribuindo para o trabalho precário. Neste tipo se incluem iniciativas de cooperação fraudulentas que se apropriam da condição jurídica de cooperativa visando maximizar estratégias de incremento de capital ou exploração de mão de obra.

Cooperativas do tipo III também têm sido analisadas, como o caso de Cordeiro (2001) que examinou o papel das cooperativas de trabalho face às transformações da sociedade brasileira em algumas cooperativas do Rio de Janeiro. A autora constatou a presença de falsas cooperativas que atuam mediando o uso da mão-de-obra visando à redução de custos para as empresas. Em direção semelhante a pesquisa de Marques (2010) que buscou compreender diferenças entre os empreendimentos denominados cooperativos. Também nesta análise os resultados demonstraram ausência de práticas de gestão cooperativista de acordo com os princípios do movimento.

Ante as informações descritas têm-se um panorama acerca do cooperativismo formado por organizações que, impregnadas pela lógica de mercado permeada pela racionalidade instrumental, se assemelham de diversas formas às organizações de capital. Tal encaminhamento determinou uma série de atividades para atender as demandas de atuação das cooperativas. Para tal, outros tipos organizacionais passaram a fazer parte do cenário em questão, parcerias envolvendo setor público e privado com alternativas de apoio, fomento, e até mesmo para produção do conhecimento como subsídio à natureza das cooperativas. Entre elas o envolvimento de universidades (públicas e privadas), agências de fomento (bancos públicos, BRDE, BNDES) e instituições governamentais (executivo, legislativo e judiciário). As atividades vão da estruturação de grupos e linhas de pesquisa, eventos especializados de nível regional, nacional e internacional, publicações (anais, cadernos especiais, livros) à execução de programas de formação para dirigentes e funcionários das cooperativas e suas centrais de representação.



Como reflexo, as cooperativas atuam primando pela eficiência e competitividade e adotam modelos gerenciais semelhantes às empresas de capital do nível estratégico ao operacional. Entre eles estão os programas de qualidade, as ferramentas de gestão de pessoas, os sistemas de informação gerencial, a gestão financeira, os programas de marketing e as técnicas de produção enxuta. Neste sentido parece adequado deduzir que tais organizações (cooperativas e empresas de capital) se assemelham motivadas por competitividade e sobrevivência em seus campos de atuação. Verifica-se portanto, um processo de institucionalização envolvendo cooperativas que atuam a partir de pressões institucionais de ordem normativa, regulativa e cognitiva. No que tange às práticas de gestão presencia-se um comportamento isomórfico nas modalidades competitiva, institucional e mimética.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da caminhada trilhada pelas organizações e instituições e a consideração de aspectos ontológicos e epistemológicos norteadores da trajetória justificam a racionalidade presente neste meio. O homem organizacional resulta da concepção objetiva da realidade, guiado por crenças e valores sociais que, ávido por segurança e estabilidade, acredita que suas necessidades podem ser atendidas mais eficientemente pelas organizações. Daí a busca pela sobrevivência organizacional que desencadeia a institucionalização, a formação de campos organizacionais, o isomorfismo e outras práticas associadas (cerimonialismo, legitimidade).

Entretanto, em relação às organizações cooperativas, constata-se algumas contradições. O movimento cooperativista tem sua razão de ser pautada por princípios ontológicos epistemológicos que primam pela inclusão do ser humano nas dimensões social, econômica e cultural. Porém, a trajetória das cooperativas, demonstra que o paradigma unidimensional centrado no enclave econômico tem predominado e, paulatinamente, estas organizações foram sendo acopladas à racionalidade baseada na lógica de mercado (instrumental) subjacente às organizações de capital.

Ante ao exposto, cabem alguns questionamentos: dada a sua natureza diferenciada, a atuação das cooperativas têm sido pautadas na cooperação ou na competição? Sob o ponto de vista da produção do conhecimento, porque as limitações



de pressupostos ontológicos epistemológicos são negligenciadas? Quem está em função de que? As cooperativas para as pessoas ou pessoas para as cooperativas?

Diante da breve reflexão desenvolvida neste trabalho e além dos questionamentos apontados, considera-se oportuno mencionar possibilidades de estudos sobre a temática. Um caminho possível é a análise da organização cooperativa sob o olhar de nível micro organizacional com estudos voltados ao associado a fim de identificar o impacto do rumo tomado pelas cooperativas na sua atividade considerando além da dimensão econômica. Outra alternativa é o estudo das motivações, na perspectiva de associados fundadores, que levaram à constituição da cooperativa. Ainda uma terceira possibilidade é analisar experiências cooperativas sob o ponto de vista da racionalidade considerando fundamentos ontológicos e epistemológicos alternativos à perspectiva funcionalista. Estas possibilidades de pesquisa implicam trilhar um caminho inverso na tentativa de análise partindo do indivíduo à organização, ou seja, olhar a cooperativa a partir das suas raízes, que por ser uma sociedade de pessoas, tem no associado a sua razão de ser.

Considerando a preocupação com aspectos ontológicos e epistemológicos e o olhar da racionalidade presentes nesta discussão, é oportuno ressaltar implicações decorrentes de tais fundamentos. A construção do conhecimento se dá a partir de uma base fundamental do que se entende por ser humano (ontologia) e do problema do conhecimento (epistemologia, relação sujeito objeto) que determinam caminhos possíveis de pesquisa. Ao que parece, a negligência destes aspectos tem sido suprida pelo “dado como certo” sem questionamentos sobre suas implicações. Além disso, os estudos sobre cooperativas apresentam carência de diversidade metodológica que representa opção de “mais do mesmo”. Neste sentido o caminho inverso acima proposto pode ser trilhado por vias alternativas como pesquisa histórica e estudos etnográficos que possibilitam análises de aspectos não contemplados por estratégias de pesquisa como estudos de caso (muito utilizado) a fim de enriquecer o olhar científico sobre organizações cooperativas.

REFERÊNCIAS



ANDREOLI, Antônio Inácio. **Trabalho Coletivo e Educação: um estudo das práticas cooperativas do PEC – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.** 2007.

ATTIE, J. P. Organizações solidárias de produção – subversão ou submissão ao capital? Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da UFPR. Curitiba, 2007. 173p

BERGER, P.; LUCKMANN. T. **A Construção social da realidade.** Tradução Floriano de Souza Fernandes Ed Vozes: Petrópolis, 1985.

BIRK, L. ET al. A Contribuição econômica da cooperativa Agroindustrial Lar para o desenvolvimento local. In: Informe Gepec – Vol. 12, nº2, jul./dez. 2008

BRASIL, Casa Civil – subchefia para assuntos jurídicos. Lei 5.764 – define a política nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, dezembro de 1971.

CALDAS, M; VASCONCELOS, F. C. Ceremonial behavior in organizational intervention: the case of ISO 9000 diffusion in Brazil. In: Encontro da ANPAD, 26, 2002, Salvador. **Anais.** Rio de Janeiro: Anpad, 2002.

CAMPBELL, J. L. **Institucional change and globalization.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

CORDEIRO, S. M. **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira – um estudo de caso no município do Rio de Janeiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da EBAP/FGV. Rio de Janeiro, 2001

DACIN, T. M. Isomorphism in the context: the power and prescription of institutional norms. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 1, p. 46-81, 1997.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção (Os Pensadores).

GONÇALVES. R.; BRAGA, M. Determinantes de risco de liuidez em cooperativas de crédito: uma abordagem a partir do modelo logit Multinomial. In: RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1019-1041, Out./Dez. 2008

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.



FARIA, A. **Gestão participativa.** Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action** – reason and rationalization of society. Boston Beacon press, 1984.

MARQUES, A. C. **Faces do cooperativismo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da UFPR. Curitiba, 2010. 149 p.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas.** Tradução: José Carlos Castro. Confebras: Brasília, 2003.

LOCKS, A.; CALGARO, R. **Francisco Beltrão fomenta a cooperação.** II EBPC (Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo). Porto Alegre, Agosto, 2012.

MENEZES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo.** Stilo: Brasília, 2005.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. SESCOOP – Capacitação e aperfeiçoamento para as cooperativas. Disponível em <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/index.asp> acesso em 31/08/2013.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. **Cooperativa, a empresa do século XXI.** São Paulo: LTr, 2000.

SAMPAIO, C. A. et al. **Revisitando a experiência do cooperativismo de Mondragon a partir da perspectiva da ecossocioeconomia.** In: Desenvolvimento e meio ambiente n. 25 p 153-165, UFPR, jan/jun 2012.

SANTOS, Boaventura S. (org). **Produzir para viver os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perceus Abramo, 2002.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations:** ideas and interests (3rd ed.). Thousand Oaks: Sage, 2008.

SILVA, R. C. **Formas coletivistas de gestão nas cooperativas de Mondragon: características organizacionais e processos de trabalho.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e desenvolvimento da FAE Centro Universitário. Curitiba, 2011

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, 58, p. 225-254, 2003.

TURRA, F.; SANTOS, F; COLTURATO, L. **Associações e cooperativas.** In: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Brasília, 2002.



VEIGA, Sandra & FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: Uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WAACK, Roberto; MACHADO FILHO, Cláudio P. **Administração estratégica em cooperativas agroindustriais**. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares – PENSA/FEZ/USP, Ribeirão Preto, 1999.

WILLIAM, J. **Pragmatismo** – textos selecionados São Paulo: Abril Cultural, 1974.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

